

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

REQUERIMENTO Nº DE 2015

(Da Sr^a. Ana Perugini)

Requer a realização de Audiência Pública em conjunto com a Comissão do Trabalho, Administração e de Serviço Público a ser realizada no dia 26 de novembro de 2015, às 10hs, para debater sobre o impacto causado pelas demissões de professores e funcionários da rede pública estadual, decorrente do fechamento de 94 escolas no Estado de São Paulo.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, requero a Vossa excelência, ouvido o Plenário desta Comissão, a realização de Audiência Pública em conjunto com a Comissão do Trabalho, Administração e de Serviço Público, a ser realizada no dia 26 de novembro de 2015, às 10hs, conforme aprovado por Requerimento 98/2015, de autoria do Deputado Federal Valmir Prascidelli, do PT/SP, que debaterá sobre o impacto causado pelas demissões de professores e funcionários da rede pública estadual, em decorrência do fechamento de 94 escolas no Estado de São Paulo.

JUSTIFICATIVA

O Governo do Estado de São Paulo anunciou recentemente um plano, por ele definido de Reorganização da rede de ensino, tendo como um dos

objetivos, dividir as escolas em ciclos. O quadro ora verificado é de extrema preocupação social em decorrência das ações de mobilização das forças policiais para acompanhamento do movimento estudantil de resistência democrática.

Os números da reforma anunciada pelo Governo do Estado são preocupantes: 1,4 mil escolas atingidas, mais de 90 fechadas, 311 mil alunos envolvidos e centenas de milhares de famílias tomadas pela incerteza. Como integrante da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados e coordenadora das frentes parlamentares em Defesa da Criança e do Adolescente e da Implementação do Plano Nacional de Educação no Estado, estou muito preocupada com as mudanças, que afrontam o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e contrariam o PNE, ao ignorar direitos e privar nossos jovens do acesso a um ensino gratuito de qualidade. Ademais, nossa Pátria Educadora precisa de mais escolas, não de portões fechados e nem projetos descontextualizados.

Portanto, diante do exposto, consideramos de fundamental importância a participação, em conjunto da Comissão de Educação, na realização desta Audiência Pública, com o intuito de assegurar uma Educação de qualidade para a população do Estado de São Paulo.

O assunto a ser debatido na Comissão do Trabalho, Administração e de Serviço Público, em Audiência Pública no dia 26 de novembro de 2015, às 10hs, é de suma importância a participação da Comissão de Educação por se tratar assunto específico desta.

A reorganização escolar anunciada pelo governador do Estado de São Paulo vem na contramão ao Plano Nacional de Educação (PNE), implantado em 2014, pelo Governo Federal, onde determina diretrizes, metas e

estratégias para a política educacional para os próximos dez anos, cujas metas exigem um acompanhamento permanente por esta comissão.

Portanto, consideramos de fundamental importância a participação em conjunto da Comissão de Educação na realização desta Audiência Pública, com intuito de assegurar uma educação de qualidade para a população do Estado de São Paulo.

Reitero, portanto, aos nobres Pares, a aprovação do presente requerimento para missão tão especial: contribuir para o cumprimento de nossa legislação, valorizando assim a Educação, o corpo docente e nossos alunos, em nome de melhor qualidade de vida e justiça social.

Sala das Comissões, de novembro de 2015.

ANA PERUGINI
Deputada Federal